**ATESTADO DE CONFORMIDADE – LEI 14.133/2021**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Sim/ Não/**  **Não se aplica** | **Indicar o nº do Documento SIPAC** |
| **QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS NA INSTRUÇÃO DO PROCESSO** | **CONFERÊNCIA** | **N° ORDEM** |
| 1. O processo foi aberto como sendo do tipo AQUISIÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO)? | Escolher um item. |  |
| 1. **O Formulário de Solicitação de Compra e Serviço (modelo disponível no SIPAC) foi totalmente preenchido?** | Escolher um item. |  |
| * 1. Assinalou se o pedido se refere a material e/ou serviço? | Escolher um item. |  |
| * 1. Caso se trate de itens constantes no [Catálogo de Soluções TIC](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/catalogos-de-solucoes-de-tic-com-condicoes-padronizadas-para-licenciamento-de-software) (grandes fabricantes de software), utilizou o preço do catálogo ou preço inferior? | Escolher um item. |  |
| * 1. Preencheu o CATMAT/CATSER válido?   **OBS:** Checar a validade dele no [catálogo (clique aqui).](https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca) | Escolher um item. |  |
| * 1. Preencheu a justificativa técnica da escolha do bem/serviço, demonstrando a impossibilidade de competição diante das necessidades apresentadas e razão técnica e objetiva da escolha do fornecedor, art. 74 da [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21?   **OBS**: Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição (art. 7º, §3º, da [IN nº 65/21](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-65-de-7-de-julho-de-2021)). | Escolher um item. |  |
| * 1. Preencheu a identificação do solicitante servidor e o seu CPF? | Escolher um item. |  |
| * 1. Preencheu a identificação dos fiscais, mínimo de 2 servidores? | Escolher um item. |  |
| * 1. Preencheu a “despesa estimada” no valor que será a aquisição/contratação? | Escolher um item. |  |
| * 1. O formulário foi assinado pelos fiscais e pelo chefe imediato do solicitante? | Escolher um item. |  |
| 1. Anexou o Documento de Formalização de Demanda **aprovado** pela Diretoria de Planejamento e Gestão (art. 12, VII, e art. 72, I, da [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21)?   **OBS1:** Está disponível no menu “Compras” >> “Guias” do [site da CLOG](https://www.slog.cefetmg.br/guias/), o Guia sobre como preencher o Documento de Formalização de Demanda.  **OBS2**: Não se aplica a aquisições até R$ 12.545,11 ([Decreto nº 12.343/2024](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12343.htm)), conforme art. 7º, IV do [Decreto nº 10.947/22](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10947.htm). | Escolher um item. | . |
| 1. Anexou Certificado que o objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual - PCA (art. 12, VII, e art. 72, I, da [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21)?   **OBS1**: Para consultar o PCA, acesse este [link](https://pncp.gov.br/app/pca/17220203000196/2025/1). Em seguida, localize a contratação correspondente e insira uma captura de tela no processo. O número da contratação tem o seguinte formato: 153015-XXX/202X.  **OBS2**: Não se aplica a aquisições até R$ 12.545,11 ([Decreto nº 12.343/2024](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12343.htm)), conforme art. 7º, IV do [Decreto nº 10.947/22](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10947.htm). | Escolher um item. |  |
| 1. Elaborou **planilha de preços** com identificação do servidor responsável, seguindo as normas da [IN nº 65/2021](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-65-de-7-de-julho-de-2021)?   **OBS**: Deve-se usar o modelo disponibilizado no [site da CLOG](https://www.slog.cefetmg.br/formularios-e-outros-docs/). | Escolher um item. |  |
| * 1. Verificou se a proposta do fornecedor está dentro do prazo de validade? | Escolher um item. |  |
| * 1. Providenciou notas fiscais ou empenhos dos bens a serem adquiridos emitidos no período de até 1 ano ou tabelas de preços vigentes divulgadas em sítios eletrônicos, contendo data e hora de acesso, demonstrando a adequação do preço? | Escolher um item. |  |
| * 1. Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, justificou o preço com objetos semelhantes de mesma natureza e especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido, conforme art. 7º, §2º da [IN nº 65/2021](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-65-de-7-de-julho-de-2021)? | Escolher um item. |  |
| * 1. No caso do fornecedor ser pessoa jurídica, possui conta bancária vinculada ao CNPJ?   **OBS**: Não se aplica ao Microempreendedor Individual (MEI). | Escolher um item. |  |
| * 1. No caso do fornecedor ser pessoa física, preencheu o formulário para contratação de pessoa física, conforme valores da [tabela de pagamento pessoa física](http://www.dpg.cefetmg.br/gerais/)? | Escolher um item. |  |
| * 1. Foi juntado ao processo o ato constitutivo/contrato social?   **- Pessoa Física**: Documento de Identidade com CPF e cadastro no SICAF.  **- MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.  **- Pessoa Jurídica**: Inscrição e Documento de identidade dos seus administrados.  **OBS1**: Se o fornecedor estiver cadastrado no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), estes documentos poderão ser obtidos diretamente no sistema, seguindo os passos descritos abaixo:  Consulta >> Nível de Cadastramento >> Consulta Nível II >> Habilitação Jurídica.  **OBS2**: O acesso ao SICAF é realizado por meio do portal Compras.gov.br. | Escolher um item. |  |
| * 1. Foi juntada ao processo o SICAF com as certidões de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor?   **OBS**: O acesso ao SICAF é realizado por meio do portal Compras.gov.br. Após acessar o sistema, siga os passos indicados abaixo para emitir as referidas certidões:  Consulta >> Situação do fornecedor | Escolher um item. |  |
| * 1. Caso o fornecedor não seja cadastrado no SICAF será necessário juntar ao processo as seguintes certidões: |  |  |
| * + 1. Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da união?   **CNPJ**:(<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>).  **CPF**:(<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>). | Escolher um item. |  |
| * + 1. [Certidão de regularidade com o FGTS](https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)? | Escolher um item. |  |
| * + 1. [Certidão negativa de débitos trabalhistas](https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Prova de ausência de sanção que impeça a participação no processo de contratação em [nome da empresa](https://certidoes.cgu.gov.br/) (art. 12 da [Lei 8.429/92](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm))? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Prova de ausência de sanção que impeça a participação no processo de contratação nome [de seu sócio majoritário](https://certidoes.cgu.gov.br/) (art. 12 da [Lei 8.429/92](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm))? | Escolher um item. |  |
| * 1. Caso se trate de contratação com entrega superior a 30 dias, **ou** fornecedor com contratação superior a R$ 15.681,39 (1/4 do limite para dispensa de licitação para compras em geral - [Decreto nº 12.343/2024](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12343.htm)), **ou** de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 376.353,48 ([Decreto nº 12.343/2024](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12343.htm)), conforme art. 20 da [IN nº 67/2021](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-67-de-8-de-julho-de-2021) e art. 70, III da [Lei nº 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/2021, o fornecedor deverá apresentar: | Escolher um item. |  |
| * + 1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social. Deve-se usar o modelo disponibilizado no [site da CLOG](https://www.slog.cefetmg.br/formularios-e-outros-docs/), que agrupa em um único documento as declarações dos itens 5.9.1, 5.9.2 e 5.9.3. | Escolher um item. |  |
| * + 1. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Deve-se usar o modelo disponibilizado no [site da CLOG](https://www.slog.cefetmg.br/formularios-e-outros-docs/), que agrupa em um único documento as declarações dos itens 5.9.1, 5.9.2 e 5.9.3. | Escolher um item. |  |
| * + 1. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição. Deve-se usar o modelo disponibilizado no [site da CLOG](https://www.slog.cefetmg.br/formularios-e-outros-docs/), que agrupa em um único documento as declarações dos itens 5.9.1, 5.9.2 e 5.9.3. | Escolher um item. |  |
| * + 1. Cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.   **OBS:** Não se aplica a Microempreendedor Individual (MEI). | Escolher um item. |  |
| * + 1. Certidão negativa de débitos estaduais. | Escolher um item. |  |
| * + 1. Certidão negativa de débitos municipais. | Escolher um item. |  |
| * + 1. [CADIN](https://cadin.pgfn.gov.br/#/home) (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal), conforme art. 6º, III, da [Lei nº 10.522/02](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10522.htm).   **OBS**: Caso você não tenha acesso a esse sistema, deve se solicitar enviando um e-mail para marcos@cefetmg.br ou [jamile@cefetmg.br](mailto:jamile@cefetmg.br). | Escolher um item. |  |
| 1. Elaborou os [**Estudos Técnicos Preliminares Digital (ETP)**](https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/estudos-tecnicos-preliminares-etp-1) e anexou ao processo (art. 14, da [IN nº 58/2022](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-no-58-de-8-de-agosto-de-2022))?   **OBS1:** O ETP deve ser inserido como anexo ou apêndice do Termo de Referência (Item 2.2 do anexo V da [IN nº 5/2017](https://www.gov.br/compras/pt-br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-n-05-de-26-de-maio-de-2017---Hiperlink.pdf)).  **OBS2**: É obrigatória a utilização do ETP digital, disponível no sistema do [Compras.gov](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp) (art. 4, da [IN nº 58/2022](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-no-58-de-8-de-agosto-de-2022)). | Escolher um item. |  |
| 1. Caso a aquisição/contratação de serviços e compras possua valor maior que R$ 62.725,59, ou no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, maior que R$ 125.451,15 ([Decreto nº 12.343/2024](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12343.htm)), deve-se providenciar os itens abaixo: | Escolher um item. |  |
| * 1. Elaborou e anexou ao processo o Mapa de Riscos Digital (inciso I, do art. 72 da [Lei 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm) – § 2º do art. 20 da [IN nº 5/2017](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada))?   **OBS**1: Recomenda-se que, nas contratações cujo objeto seja de maior complexidade, seja elaborado o Mapa de Riscos, ainda que o valor envolvido esteja abaixo do limite que torna obrigatória sua elaboração. | Escolher um item. |  |
| * 1. Solicitou **Parecer da Procuradoria Jurídica da AGU** (art. 11, VI, b, LC 73/93 e ON 69/2021 da AGU)? | Escolher um item. |  |
| 1. Utilizou a versão mais **recente** do modelo do Termo de Referência Digital (TR) da AGU (art. 4º da [IN nº 81/2022](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-81-de-25-de-novembro-de-2022)), ou, em caso negativo há justificativa para a não utilização desse modelo? (art. 19, § 2º, da [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21).   **OBS1: Não** serão aceitos modelos desatualizados do Termo de Referência Digital (TR). Recomenda-se não reutilizar documentos já cadastrados no Compras.gov, uma vez que os modelos disponibilizados pela AGU são atualizados com frequência e devem sempre ser utilizados em sua versão mais recente.  **OBS2**: A versão do modelo do TR pode ser verificada no rodapé do documento, ao clicar em “Visualizar o documento” no sistema. Atualmente, a versão mais recente do TR de aquisições é de abril/2025, e a do TR de serviços e obras é de setembro/2025. | Escolher um item. |  |
| * 1. Caso a aquisição/contratação de serviços e compras possua valor maior que R$ 62.725,59, ou no caso de obras e serviços de engenharia o de serviços de manutenção de veículos automotores, maior que R$ 125.451,15 ([Decreto nº 12.343/2024](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12343.htm)), identificou-se visualmente todas as modificações no [Termo de Referência Digital](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/manual-fase-interna/manual-tr-digital/Manual-Termo-de-Referencia-Digital/view), por meio do padrão de marcação exigido pela Procuradoria Jurídica da AGU, conforme orientado na página 55 do [Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias)**[[1]](#endnote-1)**. | Escolher um item. |  |
| * 1. **No caso de materiais**, na descrição do item constou composição, dimensão, acessórios, capacidade, entre outros? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Constaram prazos e locais de entrega? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Constaram instalação e montagem do bem? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Incluiu valor do frete no valor dos itens? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Constaram garantias do material, se for o caso? | Escolher um item. |  |
| * + 1. O fornecedor emite nota fiscal modelo e-55?   **OBS**: Não se aplica ao Microempreendedor Individual (MEI). | Escolher um item. |  |
| * 1. **No caso de serviços**, constou a descrição completa do serviço e os detalhes de sua execução? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Constaram prazos e locais de sua realização? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Constaram garantia do serviço, se for o caso? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Os serviços a serem contratados se enquadram como as “atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade”, conforme art. 48 da nº [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21?   **OBS**: Em caso negativo, justificar, pois em regra, não é possível contratar serviços que constituam área de competência legal, pois seria terceirização da atividade-fim sem concurso público. | Escolher um item. |  |
| * 1. Solicitou todas as exigências necessárias para habilitação da empresa, dentre as previstas no art. 62 a 69 (jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira) da [Lei 14.133/21](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômico-financeira, elas são específicas, objetivas e foram justificadas no processo (art. 18, inciso IX, da [Lei 14.133/21](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm))? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômico-financeira e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não as dispensar?   **OBS1:** As exigências de qualificação técnica e econômico-financeira nas situações retratadas acima deve ser excepcional e justificada (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal – Inciso III do art. 70 da [Lei 14.133/21](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)).  **OBS2**: Conforme nota explicativa disposta no TR digital, apesar destas qualificações estarem dispostas na cor “preta”, é possível excluí-las. | Escolher um item. |  |
| * 1. Utilizou práticas e/ou critérios de sustentabilidade previstos no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf), notadamente, dos objetos constantes na “parte específica”, ou há justificativa para a impossibilidade utilizá-lo? (Art. 5º e art. 11 da [Lei 14.133/21](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm) – Art.1º da [IN 1/2010](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-01-de-19-de-janeiro-de-2010)). | Escolher um item. |  |
| * 1. Havendo obrigação futura, informou isso no processo e solicitou celebração de contrato, se for o caso (art. 95 da [Lei nº 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21)? | Escolher um item. |  |
| * 1. Tratando-se de aquisição de serviço público oferecido por monopólio, há interesse, e constou no Termo de Referência, a vigência indeterminada do contrato (art. 109 da [Lei nº 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/2021)? | Escolher um item. |  |
| 1. **No caso de materiais/serviços exclusivos:** |  |  |
| * 1. Anexou atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos (art. 74, §1º da [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21)? | Escolher um item. |  |
| * 1. Anexou declaração do fornecedor da inexistência de representação ou representantes que possam fornecer o produto? | Escolher um item. |  |
| * 1. Observou a vedação de preferência por marca específica (art. 74, §1º da [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21)? | Escolher um item. |  |
| 1. **No caso de serviços técnicos especializados, exceto do setor artístico:** |  |  |
| * 1. É um dos serviços previstos no art. 74, III da [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21 e de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização? | Escolher um item. |  |
| * 1. Anexou comprovante de que os profissionais ou a empresa possuem notória especialização, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, que permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato (art. 74, §3º da [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21)? | Escolher um item. |  |
| * 1. Constou no Termo de Referência a proibição de subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade (art. 74, §4º da [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21)? | Escolher um item. |  |
| 1. **No caso de serviços do setor artístico:** |  |  |
| * 1. Anexou comprovante de que o profissional é consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública? | Escolher um item. |  |
| * + 1. Caso a contratação seja por empresário exclusivo, anexou contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico (art. 74, §2º da [Lei 14.133](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)/21)? | Escolher um item. |  |
| Enviar para autorização do Diretor do Campus ou Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário/Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, caso seja solicitante vinculado a estas Diretoria Especializadas. | | |
| **TRÂMITE DO PROCESSO** | | | |
| Autorização do Diretoria de Planejamento e Gestão | | | |
| Autorização da Diretoria-Geral | | | |
| Folha de comprometimento orçamentário no valor da contratação – Divisão de Orçamento | | | |
| Elaboração da certificação processual e inserção da lista de verificação (DIAQ), caso vá para ELIC ou PROJUR | | | |
| **Parecer da Procuradoria Jurídica, caso o valor seja maior que o limite da dispensa** | | | |
| Saneamento dos autos pelos setores envolvidos, se for o caso | | | |
| Cadastramento da inexigibilidade no sistema - Divisão de Aquisição de Bens e Serviços | | | |
| Emissão da Nota de Empenho - Divisão de Orçamento | | | |
| Devolução ao solicitante para providências | | | |
| Ateste pelo solicitante das Notas Fiscais com envio do processo a Divisão de Finanças | | | |

Dúvidas relacionadas ao processo de compra e contratação de serviços:

Divisão de Aquisição de Bens e Serviços, (31) 3319-7043.

Dúvidas relacionadas às notas de empenho:

Divisão de Orçamento, (31) 3319-7029.

Dúvidas relacionadas à nota fiscal e seu pagamento:

Divisão de Finanças, (31) 3319-7038 ou (31) 3319-7039.

1. A identificação visual de todas as modificações no Termo de Referência deve seguir o seguinte padrão abaixo:

   -Supressões: texto tachado

   -Inclusões: vermelho

   -Adaptações/alterações/ajustes: verde

   -Preenchimento de lacunas: azul

   -Justificativas, que devem ser transcritas abaixo de cada item modificado: cinza [↑](#endnote-ref-1)